
Habeas Corpus nº: 0003412-03.2014.8.17.0000 (0332049-0)

Comarca Origem: 1º Vara Criminal dos Feitos Relativos a
Entorpecentes da Capital

Impetrante: **Leandro Cavalcanti**

Paciente: Robson José da Silva

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE REQUISITOS A CUSTÓDIA. MEDIDA QUE SE JUSTIFICA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo.

2. Não há constrangimento ilegal quando a decisão que mantém a custódia cautelar está devidamente fundamentada.

3. Condições pessoais supostamente favoráveis, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a

65
2

necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

4. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0332049-0, em que figura como impetrante Leandro Cavalcanti e como paciente **Robson José da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem do presente habeas corpus**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0003412-03.2014.8.17.0000 (0332049-0)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital
Impetrante: **Leandro Cavalcanti**
Paciente: Robson José da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus** impetrado por Leandro Cavalcanti, em favor de **Robson José da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital (proc. nº. 0090277-60.2013.8.17.0001).

O impetrante esclarece que o paciente está segregado no COTEL em razão de flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei nº. 11.343/06.

Aduz que, em 13/11/2013, o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pelo Juízo a quo, oportunidade em que se negou pedido de liberdade provisória formulado.

Pontua que, posteriormente, o paciente teve marcada a audiência de instrução e julgamento, para o dia 13/08/2014, quando, então, já terão decorrido 10 (dez) meses da prisão em flagrante.

Registra que no dia 20/12/2013 a defesa requereu a revogação da preventiva, demonstrando a fundamentação inidônea da prisão, face a ausência dos requisitos para a sua manutenção, de forma que o pedido foi remetido ao Ministério Público em 24/02/2014, para manifestação, não retornando até o momento.

Defende que há **excesso de prazo na formação da culpa**.

Destaca que as **condições pessoais do acusado são favoráveis**.

Sustenta, por outro lado, que **a decisão que negou o pedido de liberdade provisória carece de fundamentação**, não tendo o Magistrado invocado argumentos concretos que justifiquem a medida.

Pede, assim, a expedição do competente alvará de soltura.

Informações prestadas às fls. 36/37.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem** (fls. 51/55).

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0003412-03.2014.8.17.0000 (0332049-0)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a
Entorpecentes da Capital
Impetrante: **Leandro Cavalcanti**
Paciente: Robson José da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a expedição do competente alvará de soltura, eis que, segunda sustenta, há **excesso de prazo na formação da culpa**, as **condições pessoais do acusado são favoráveis**, e a **decisão que negou o pedido de liberdade provisória carece de fundamentação**, não tendo o Magistrado invocado argumentos concretos que justifiquem a manutenção da medida.

DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO NA CULPA

De acordo com as informações prestadas (fls. 36/37), o processo de origem teve a distribuição do flagrante delito datada em **24**/10/2013 e em 05/11/2013 o paciente foi denunciado pelo Ministério Público, incurso nas penas do art. 33 da Lei nº. 11.343/06. M

Informado que, em apertada síntese, narra a denúncia que na noite do dia 29/10/2013, na Caxangá, policiais militares flagraram o denunciado em

uma moto em alta velocidade, e quando o abordaram este tentou se desfazer de dois pacotes da droga popularmente conhecida como 'crack'.

Consignado que, em 04/11/2013, o denunciado requereu o relaxamento do flagrante, cumulado com pedido de liberdade provisória, mas o pleito foi indeferido, convertendo-se a medida em preventiva.

Registrado que novo pedido de liberdade foi formulado, alegando, em suma, as condições pessoais favoráveis do acusado, que também apresentou defesa prévia, tendo o Ministério Público já se manifestado pelo seu indeferimento, tendo em vista a inexistência de fato novo que dê suporte ao pleito.

Pois bem.

Com relação ao trâmite processual, pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Na realidade, o próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)**2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

My

Como observado pelo Ministério Público (fls. 54), *in casu*, 'É possível identificar que a defesa do paciente apresentou mais de um pedido de revogação da prisão preventiva e de liberdade provisória, o qual fora indeferido, com a devida fundamentação para manutenção do decreto preventivo. Além do mais a audiência já se encontra designada para 13 de agosto de 2014'.

Afasto, pois, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

DOS MOTIVOS PARA A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR

Quanto aos motivos para a manutenção da custódia cautelar, consultando o Sistema Judwin deste Tribunal, verifico que, em 13/11/2013, o flagrante foi convertido em preventiva nos seguintes termos:

Processo nº 0090277-60.2011
DECISÃO

Vistos, etc.

Ciente da prisão em flagrante Delito. Em princípio, cuido em dizer que o flagrante está perfeito.

Embora seja o status libertatis uma garantia constitucional para o cidadão assegurar a inviolabilidade da sua liberdade pessoal, esse instrumento não pode se sobrepor aos interesses do Estado, que tem a primazia e o dever de manter inatacável a segurança, o bem estar e a convivência salutar de seus cidadãos, quando o exercício da liberdade extrapola os limites da individualidade

Cabe registrar que o crime descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/06 foi apontado pelo legislador como sendo de extrema gravidade, em face das suas nefastas conseqüências à saúde pública, sendo um delito assemelhado aos Hediondos (Lei n.º 8072/90).

Com o(a)s autuado(a)s Robson José da Silva solto existirá, sempre, a real possibilidade de ele(a) disseminar drogas ilícitas de poder ofensivo comprovado no seio da sociedade. Com efeito, essa possibilidade representa uma ameaça para a ordem pública.

"A ordem pública resta ofendida quando a conduta provoca acentuado impacto na sociedade, dado ofender significativamente os valores reclamados, traduzindo vilania do comportamento" (STJ – RHC 3169-5 – Rel. Min. Vicente Cernicchiaro – DJU 15/05/95, p.13446), tal como ocorre no caso em tela.

O caso requer, sem sombra de dúvida, a custódia preventiva, para garantia da ordem pública.

Em que pese a argumentação do patrono do atuado sobre a sua primariedade, o fato de possuir residência fixa, ter bons antecedentes e profissão definida, não vejo como conceder a soltura pela via da liberdade provisória.

O Superior Tribunal de Justiça assim se manifestou acerca desse aspecto:

"4. A primariedade e os bons antecedentes do acusado não têm o condão de revogar a segregação provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos. Precedentes do STJ. Processo HC 47453 / MG ; HABEAS CORPUS 2005/0145004-5 Relator(a) Ministra LAURITA VAZ (1120) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 15/12/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 06.02.2006 p. 291"

"2. Conforme pacífico magistério jurisprudencial, eventuais condições pessoais favoráveis ao paciente – tais como primariedade, bons antecedentes, endereço certo, família constituída ou profissão lícita – não garantem o direito à revogação da custódia cautelar, quando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal Processo HC 42061 / DF ; HABEAS CORPUS 2005/0029278-6 Relator(a) Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 18/08/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 26.09.2005 p.

Destarte, justifica-se, nesta fase, a manutenção da prisão, relativamente ao(s) atuado(s). A prisão preventiva é medida que se impõe. Assim sendo, por entender presentes os requisitos norteadores contidos no artigo 312 e 313 do CPP e, à guisa do que dispõe o art. 310, II, do CPP, converto a prisão em flagrante do atuado Robson Jose da Silva em prisão preventiva e, via de consequência, indefiro o pleito de liberdade provisória.

Expeça(m)-se mandado(s) de prisão preventiva.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Aguarde-se o inquérito policial com as providências do Representante do Ministério Público.

Recife, 13 de novembro de 2013.

Aubry de Lima Barros Filho
Juiz de Direito

Sendo assim, não procede a alegação de que **a decisão que negou o pedido de liberdade provisória carece de fundamentação.**

No que tange às alegadas **condições pessoais do paciente**, supostamente favoráveis, deve ser ressaltado que elas, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

Nessa esteira de entendimento, reiteradamente tem se manifestado o Colendo STJ:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. **CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR DOMICILIAR. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que **persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.** 3. (...) 4. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.507/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. (...). **CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. **As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes,**

ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício. 6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 276.810/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

Há de ser mantida, pois, a prisão preventiva do paciente.

Face o exposto, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator